

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº107 - JULHO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VII

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
SILVIO A. S. GAMBOA - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

107



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PARÂMETROS CURRICULARES E UNIVERSIDADE

MONICA LOPES FOLENA ARAUJO



Mônica Lopes Folena Araujo

Professor do Departamento de Biologia – UFRO
AARAUJOFAMILY@aol.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PARÂMETROS CURRICULARES E UNIVERSIDADE

"A arte de ensinar a aprender consiste em formar fábricas, não armazéns". Jaime Balmes

Quando o assunto é meio ambiente, os prognósticos para os próximos cem anos são alarmantes. Como meio ambiente entende-se o "conjunto dos elementos que, na complexidade das suas relações, constituem o quadro, o meio e as condições de vida do homem, tal como são, ou tal como são sentidos" (Canotilho, 1995, p. 10). Não se trata apenas de exagero dos ambientalistas. A preocupação com o desenvolvimento sustentado ganhou espaço em universidades, governos e grandes empresas. Finalmente percebeu-se que, se há um limite para o crescimento das atividades do homem na Terra, essa linha divisória é justamente o modo como o ser humano interage com a natureza. Ruschmann (1999) afirma que "a inter-relação entre produção e meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria prima da atividade. Atividade esta que deve ser avaliada e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio se degrade irremediavelmente."

Apenas na década de 70 é que, pela primeira vez, depois do modelo de desenvolvimento gerado a partir da revolução industrial as questões ambientais passaram a ser oficialmente encaradas como questões globais, e de governos. A Conferência de Estocolmo em 1972 marca o início do processo de compromissos mundiais intergovernamentais e interinstitucionais acerca da minimização dos impactos da ocupação humana sobre o meio ambiente.

Desde os primeiros movimentos ambientalistas a educação foi considerada um instrumento fundamental de sensibilização, conscientização, comunicação, informação e formação das pessoas como processos fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável, da consciência ambiental e da ética, de mudança de valores, de comportamento e da efetiva participação nas tomadas de decisões no ensino formal e informal.

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 225 enfatiza " todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". No parágrafo 1º, inciso VI determina: " Promover a Educação Ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente". Já a promulgação da lei 9795/99 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), oferecendo amparo legal à EA , responsabilizando e envolvendo todos os setores da sociedade, e incorporando oficialmente a EA nos sistemas de ensino.

A busca ao desenvolvimento sustentável é o desafio do momento. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado durante a realização da Eco-92 enfatiza que a EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e

o universo de forma interdisciplinar. Segundo Lanfredi (2002), "A Agenda 21, que é o principal documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio-92), é a metodologia mais consistente para alcançar o desenvolvimento sustentável."

Em função de tudo isso, a Educação Ambiental tem o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, possibilitando, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta.

Estabelece a Carta Magna que um dos instrumentos para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é, justamente, "a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (Lanfredi, 2002). De fato, a educação ambiental deve começar em casa, ganhar ruas e bairros. Deve gerar conhecimento local e global que envolva pais, alunos, professores e comunidade.

E Seguin (2000) acrescenta que apesar das louváveis iniciativas de vários segmentos da sociedade para implementar a EA nos diversos níveis escolares, ela ainda não teve o retorno que merece. É precário no ensino de 3º grau, quando a maioria dos cursos de nível superior não ministram a disciplina, impossibilitando que os futuros profissionais tenham noção de como podem e devem participar da preservação ambiental."

Para alcançarmos uma formação de cidadãos capazes de transformar o ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, e contribuindo ativamente para a melhoria do mesmo, Reigota (1994) enfatiza que a Educação Ambiental não deve estar baseada, somente, na transmissão de conteúdos específicos, levando em conta a não existência de um conteúdo único, mas sim de vários dependendo das faixas etárias a que é destinado o contexto educativo. Há também uma grande tendência em considerar a EA como conteúdo integrado às ciências físicas e biológicas. Essa necessidade de se encontrar conteúdos, de cumprir programas, é um empecilho ao entendimento correto da EA.

Neste contexto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para temas transversais foram elaborados pelo Ministério de Educação e do Desporto (MEC) em 1998 com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro. Foram incorporadas como temas transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que as instituições de ensino superior podem ajudar professores de todos os níveis de ensino a implementar a educação ambiental transversalmente como propõem os PCNs, contribuindo assim para a formação inicial e continuada de educadores voltados à educação do futuro.

PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos apresentados como resultado do trabalho que contou com a participação de muitos educadores brasileiros e têm a marca de suas experiências e de seus estudos, permitindo assim que fossem produzidos no contexto das discussões pedagógicas atuais.

Inicialmente foram elaborados documentos, em versões preliminares, para serem analisados e debatidos por professores que atuam em diferentes graus de ensino, por especialistas da educação e de outras áreas, além de instituições governamentais e não - governamentais. As críticas e sugestões apresentadas contribuíram para a elaboração da atual versão, que deverá ser revista periodicamente, com base no acompanhamento e na avaliação de sua implementação.

PCNs e Temas Transversais

A inserção dos temas transversais, sem abrir mão dos conteúdos curriculares tradicionais, é uma tentativa de se influir no processo de transformação social; e não podemos negar o papel institucional da escola e seu potencial de influir significativamente na transformação da sociedade. Mas, para tal a realidade escolar precisa passar por uma mudança de perspectiva, em que os conteúdos tradicionais deixem de ser encarados como “fim” da Educação. Eles devem ser encarados com “meio” para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa, como evoca Montserrat Moreno (2001).

O país que mais aprofundou a proposta dos temas transversais até o momento foi a Espanha. A inclusão de temas transversais sistematizados em um conjunto de conteúdos considerados fundamentais para a sociedade surgiu na reestruturação do sistema escolar espanhol em 1989, com o objetivo de tentar diminuir o fosso existente entre o progresso tecnológico e a cidadania.

Os temas transversais incorporados na reforma educacional espanhola foram: Educação Ambiental, Educação para a Saúde e Sexual, Educação para o Trânsito, Educação para a Paz, Educação para a Igualdade de Oportunidades, Educação do Consumidor, Educação Multicultural e, como tema nuclear, impregnando todos os demais temas e as matérias curriculares tradicionais, a Educação Moral e Cívica.

Diferente da proposta espanhola, os PCNs incorporaram os temas transversais nas disciplinas convencionais, relacionando-as à realidade. A intenção foi trazer uma nova possibilidade de trabalho pedagógico que permitisse o engajamento político-social com o conhecimento, ampliando ,assim, a responsabilidade do educador com a formação voltada à cidadania.

Neste aspecto, a abordagem a partir dos temas transversais pode significar um salto de qualidade tanto no processo de formação dos alunos, que passariam a entender o significado do que estudam, como dos professores, estimulados a enfrentar o conhecimento de forma mais criativa e dinâmica.

PCNs e a Educação Ambiental

A Educação Ambiental se tornou uma das coqueluches nas escolas brasileiras. Fazem parte dos conteúdos de EA do 3º e 4º ciclos desde formas de manutenção de limpeza do ambiente escolar, práticas orgânicas na agricultura, modos de evitar o desperdício até como elaborar e participar de uma campanha ou saber dispor dos serviços existentes, como órgãos ligados à prefeitura ou organizações não-governamentais (ONGs). Os alunos devem reconhecer os fatores que geram bem-estar à população. Para isso, precisam desenvolver senso de responsabilidade no uso de bens comuns e recursos naturais, de que respeitem o ambiente

e as pessoas. Outra frente de trabalho é fazer com que os jovens valorizem a diversidade natural e sociocultural, para compreender as diferentes faces do patrimônio natural, étnico e cultural.

Orientadores que elaboraram os PCNs se depararam com duas dificuldades para propor a seleção de conteúdos para o tema transversal de Meio Ambiente: a amplitude da temática ambiental e a diversidade da realidade brasileira, com tantas características regionais. Esses fatores também se aplicam aos professores em sala de aula. Para facilitar o direcionamento do tema, foi definida como parâmetro uma aprendizagem que aborde as questões amplas e, ao mesmo tempo, atente às especificidades regionais. As turmas do Sul não devem, necessariamente, aprender o mesmo que as do Norte. Os conteúdos devem abranger: postura participativa, com a conscientização dos problemas ambientais; possibilidade de sensibilização e motivação para envolvimento afetivo; desenvolvimento de valores para exercício da cidadania, como agentes de gerenciamento do ambiente; visão integrada da realidade, contemplando a dinâmica local e planetária e desvendando causas e problemas ambientais; assuntos compatíveis com os conteúdos desses ciclos e que sejam relevantes à realidade brasileira.

Não há dúvida que a educação ambiental é a conexão necessária para transformar nosso presente, com suas características consumistas, em um futuro sustentável onde produção e meio ambiente convivam harmonicamente. Os PCNs trazem ferramentas com o objetivo de ajudar professores e alunos a tornarem-se parte integrante e transformadora dessa máquina chamada produção globalizadora. Nossas escolas não são a solução para todos os problemas ambientais que testemunhamos, mas podem ajudar a formar cidadãos mais comprometidos com o futuro desse planeta.

Precisamos parar de reproduzir o mundo do “eu-isso” tão mencionado por Rubem Alves (2002), onde as pessoas consideram-se o centro do mundo, em torno das quais giram apenas objetos que podem ser manipulados, destruídos. O meio ambiente não é um objeto, e ele responde às agressões que sofre. Então, precisamos “conversar” com ele, compreendê-lo, tê-lo como aliado, não como algo a ser explorado indefinidamente.

A inclusão da Educação Ambiental como tema transversal pelos PCNs exige, portanto, uma tomada de posição diante de um problema fundamental e urgente da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos: valores, procedimentos e concepções a eles relacionados. Para Freire (1988), “A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.”

Para a implantação da EA como tema transversal podemos evidenciar três dificuldades: a busca de alternativas metodológicas que façam mudar o enfoque disciplinar da EA, que atualmente recai apenas para Ciências Físicas e Biológicas; vencer a estrutura curricular que exige conteúdos mínimos, grade horária, etc; e estimular professores a criar condições de trabalho que exigem criatividade.

Aqui exige-se repensar o papel do professor enquanto transmissor de conhecimentos, para uma nova ação reflexiva e criativa. Cabe à escola ser o instrumento a serviço da coletividade, cumprindo e fazendo cumprir o exercício da cidadania.

Em consulta a dados levantados pela SEDUC (Secretária de Estado da Educação) junto às Representações de Ensino referentes ao quadro atual da EA nas escolas da rede estadual, no período de fevereiro a junho de 2001, podemos constatar que dezoito projetos em EA estavam em desenvolvimento na época visando melhoria do ambiente escolar; quinze projetos atuavam de modo transversal, como orientado pelos PCNs; dezesseis projetos atuavam somente em datas comemorativas relacionadas ao MA; e apenas dois incluíam ações envolvendo a comunidade. Esses dados demonstram que o processo de implantação da EA está apenas “engatinhando” nas escolas públicas estaduais no município de Porto Velho. Existe a expectativa em torno dos Parâmetros Curriculares em Ação – Meio Ambiente na Escola, que compreendem ações sugeridas pelo MEC para sistematizar e ampliar a implantação da EA nas escolas ainda em 2002.

Educação Ambiental e Formação de Professores nas Universidades

Resultados do Levantamento de Projetos de EA do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do MEC, apresentados durante a I Conferência de EA, realizada em Brasília, em 1997, afirmam que: “ Os baixos índices de respostas sobre questões metodológicas, avaliação de projetos, construção de interdisciplinaridade, política governamental de desenvolvimento sustentável, divulgação da Agenda 21, sugerem um estágio ainda inicial da EA no país, pouca sofisticação em relação à problemática, ou ainda que a EA não atingiu as universidades”.

As universidades brasileiras em seus cursos de licenciatura continuam a preparar profissionais transmissores, donos da verdade, que detêm o saber; embora haja esforços de renovação e inovação da formação inicial. É preciso orientar-nos na direção que a formação não implica somente o saber, mas também o saber-fazer, o poder-fazer (competências), o ser pessoal. Cró (1998) lembra-nos que a “competência para educar é apresentada como uma aprendizagem da autonomia profissional e pessoal que implica uma interiorização das personalidades inerentes às tarefas do educador”.

Quando se pensa na viabilidade da Educação Ambiental como tema transversal, é necessário cuidar da formação inicial e continuada e das condições salariais e de atuação profissional, que poderiam constituir-se, isoladamente, em medidas paliativas, mas não em soluções. Achar que o problema de verba pode salvar a educação é o mesmo que dizer que um mau cozinheiro pode fazer pratos maravilhosos se possuir panelas sofisticadas, como tão bem exemplifica Alves (2002).

A formação contínua, tão defendida por Freire, surge como mais uma tentativa de implementar a EA, qualificando professores e adequando-os a uma sociedade em constante transformação. Essa idéia é cada vez mais difundida, pois busca-se cada vez a modificação do papel do professor e da escola, especialmente a pública, a única que recebe educandos com menos recursos, frutos das condições de desigualdade e injustiça social brasileira.

Leonardi (2001) enfatiza que a universidade tem um papel importante na formação ambiental dos profissionais que está colocando no mercado. E também destaca que: “Os profissionais que a universidade está formando deveriam ser capazes de trabalhar em grupos multidisciplinares e em ações interdisciplinares, através de uma leitura abrangente, global, holística, sistêmica e crítica da crise ambiental que vivemos.”

A universidade não pode deixar de participar desse debate. Assim, a EA deveria integrar os currículos dos programas de graduação, e a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais deveria ser fomentada nas diversas unidades das instituições superiores. Cabe, portanto, à universidade promover articulações intra e interinstitucionais, no sentido de favorecer a formação e a capacitação de profissionais competentes e preparados para engendrar mudanças no perfil educacional brasileiro, em particular quanto à EA. As secretarias de educação e as ONGs também devem estar presentes nessa discussão.

Como os diferentes autores que têm trabalhado com a formação de professores e com a implementação de currículos têm alertado (Gonçalves, 1989; Reigota, 1995; Sorrentino, 1995; Penteado, 2001), no caso da incorporação da temática ambiental pela escola o envolvimento do professor é o primeiro passo a ser dado. O professor, além de sensibilizado e consciente da necessidade e da importância do tratamento dessa questão com seus alunos, deve estar preparado e instrumentalizado para enfrentar esse desafio.

Nesse sentido, os cursos de formação inicial dos professores desenvolvidos nas universidades poderiam investir em uma estrutura curricular muito mais flexível e dinâmica que facilitasse o tratamento das questões ambientais nos diferentes cursos de licenciatura por meio de experiências diversificadas e de uma abordagem que envolvesse os vários aspectos desse tema. A criação de disciplinas com o intuito de responder a essa demanda apresenta sempre os limites impostos ao trabalho disciplinar, embora não seja, necessariamente, uma experiência negativa.

A garantia em termos de implementação e continuidade do processo de capacitação de professores em EA e a aplicação das experiências vividas pelos professores nas diferentes oportunidades de formação dependerão, sem dúvida alguma, do nível de envolvimento dos mesmos no próprio processo de formação. É óbvio que não conseguiremos bons resultados em implemento de EA se o país não investir na formação e na capacitação de professores.

É interessante que sempre nos deparamos com discussões a cerca da capacitação de professores do ensino fundamental e médio. Mas a formação do professor do ensino superior raramente é abordada.

Vasconcelos (2000) relata que "os cursos de pós-graduação, apesar de fornecerem os futuros docentes universitários, dedicam-se exclusivamente à formação do pesquisador". Muitas vezes são formados excelentes pesquisadores, mas docentes com sérias deficiências pedagógicas.

Tais pesquisadores, acostumados a receber conteúdos específicos como verdadeiros "armazéns" de conhecimento, tendem a reproduzir a mesma situação como docentes. Suas aulas são puramente transmissão de informação e podem ser encaradas pelos mesmos como obrigação ou perda de tempo, pois poderiam estar pesquisando e produzindo artigos para atender a comunidade científica.

O termo "docente" significa "aquele que ensina", e ensinar é algo complexo, exige reflexão da condição humana. Para Morin (2001) há sete saberes indispensáveis à educação do futuro:

- As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão – é necessário introduzir e desenvolver na educação o estudo das características cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas quanto culturais que o conduzem ao erro e à ilusão.

- Os princípios do conhecimento pertinente – é necessário desenvolver a aptidão natural do espírito humano para situar todas as informações em um contexto e em um conjunto.
- Ensinar a condição humana – é necessário evidenciar o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano.
- Ensinar a identidade terrena – é necessário conhecer o destino planetário do gênero humano.
- Enfrentar as incertezas – é necessário ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar imprevistos, o inesperado e a incerteza.
- Ensinar a compreensão – a compreensão é a um só tempo meio e fim da comunicação humana.
- A ética do gênero humano – é necessário contribuir não somente para a tomada de consciência de nossa Terra-Pátria, mas também permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania terrena.

As necessidades sociais mudam rapidamente nesta época dominada pela tecnologia e as universidades precisam formar educadores, inclusive seus próprios docentes, adaptados e comprometidos com a melhoria do processo educacional em todos os níveis de ensino.

Os sete saberes considerados por Edgar Morin como indispensáveis à educação do futuro sugerem como os professores podem acompanhar essas necessidades sociais, este é o caminho para o trabalho em Educação Ambiental.

Conclusão

Neste trabalho procurou-se analisar a importância da formação inicial e continuada dos educadores para que os mesmos sejam capazes de entender e colocar em prática as inovações propostas pelo MEC.

Os cursos de licenciatura oferecidos no ensino superior não preparam o profissional das mais variadas áreas para atender às sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais e inovar.

A educação ambiental visa a superação de nossos problemas ambientais, e isto depende da consciência ambiental e do exercício da cidadania. A universidade tem uma importante contribuição a dar através da atuação de professores competentes para colocar os conhecimentos das Ciências Sociais a serviço da formação de professores.

Os cursos de pós-graduação precisam dar maior atenção ao tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, incentivando os docentes universitários a atuar nestes três campos. Afinal, a universidade tem o papel de preocupar-se com a formação dos formadores, e não somente pesquisar e ter produção científica.

É preciso dar um passo transformador. Um passo em busca do ensino “formador” e não “informador”. Um passo em busca da inserção da educação ambiental no currículo para garantia de nossa sobrevivência neste planeta. Este é o desafio colocado para professores de todos os níveis de ensino enquanto profissionais da educação.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. POR UMA EDUCAÇÃO ROMÂNTICA. São Paulo: Papyrus, 2002.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. PROTEÇÃO DO AMBIENTE E DIREITO DE PROPRIEDADE (Crítica de Jurisprudência Ambiental), Coimbra: Coimbra, 1995.
- CRÒ, Maria de Lourdes. FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE EDUCADORES/PROFESSORES: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO. Portugal: Porto Editora, 1998.
- FREIRE, Paulo. PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GONÇALVES, C. W. P.. OS (DES)CAMINHOS DO MEIO AMBIENTE. São Paulo: Contexto, 1989.
- LANFREDI, Geraldo Ferreira. POLÍTICA AMBIENTAL: BUSCA DE EFETIVIDADE DE SEUS INSTRUMENTOS. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- LEONARDI, Maria Lúcia. "A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual". In: CAVALCANTI, Clóvis (org). MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORENO, Montserrat. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, M. D.; MORENO, M. et. al. TEMAS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO: BASES PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- MORIN, Edgar. OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.
- Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, MEC, 1998.
- PENTEADO, H. D. MEIO AMBIENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- REIGOTA, Marcos. O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIGOTA, Marcos. MEIO AMBIENTE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1995.
- RUSCHMANN, Doris. TURISMO E PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL. 4ª ed. São Paulo: Ed. Papyrus, 1999.
- VASCONCELOS, Maria Lúcia M. C.. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

*o tempo
grave
neste grito
mudo*

*minhas mãos
em greve
meu olhar
e tudo*

*que não
posso ver
(o silêncio
ao lado)*

*nada
por fora:
por dentro:
nada*

CARLOS MOREIRA